

COMÉRCIO E FAMÍLIA EM PORTUGAL, SÉCULOS XVI-XVIII

*Leonor Freire Costa**

Uma síntese da investigação sobre família e comércio em Portugal entre os séculos XVI e XVIII deverá eleger como fundamentais dois estudos sobre negociantes, um de David Grant Smith outro de Jorge Miguel Pedreira, que inexplicavelmente continuam a circular na versão original de provas académicas¹. A singularidade destes dois trabalhos (um deles já com mais de trinta anos) reside na aplicação de um questionário específico da história da família a grupos sociais não dependentes da terra, na intenção de definir a importância da família e das relações parentais para a apropriação e redistribuição de recursos no universo das trocas do Antigo Regime. Esta abordagem abriu, para o caso português, uma via promissora de análise dos padrões de reprodução social, liberta de interpretações apriorísticas sobre o papel da burguesia, fosse para a modernização das sociedades tradicionais, fosse para o atraso económico, devido a uma presuntiva debilidade empresarial. Dir-se-ia que o fôlego destes estudos, que apesar de policopiados são bem conhecidos dos meios académicos, compromete o potencial inovador de futuras investigações, ou não sejam estas, mesmo que adaptadas a outros contextos temporais e regionais,

* Universidade Técnica de Lisboa, ISEG. Departamento de Ciências Sociais – História (GHES).

¹ David Grant SMITH, *The Portuguese Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, PhD, Austin, Texas, 1975; Jorge M. PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*, dissertação de doutoramento, FCSH, UNL, Lisboa, policopiado, 1995.

Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, pp. 153-172.

uma reiteração das conclusões alcançadas por aqueles autores sobre o grupo mercantil no Portugal seiscentista ou em Lisboa na segunda metade do século XVIII.

O estreito panorama de publicações que se acaba de enunciar contrasta com o que se vem verificando no mundo ibero-americano (para não falar do resto da Europa). Assim sendo, estas páginas não podem deixar de citar abundantemente os contributos daqueles dois trabalhos. Outra produção historiográfica, porém, e ainda que apenas significativa para o conhecimento dos negociantes e da sua ocupação no mundo das transacções internacionais ou coloniais, permite, em conjunto, situar as questões que podem ser aprofundadas. Com efeito, cabe sublinhar que não têm sido descuidados na historiografia sobre Portugal os temas em torno do comércio. Uma ampla gama de edições, portuguesa e brasileira, mas também anglo-saxónica, francesa, alemã e espanhola ocupa-se de negociantes activos no comércio externo português e refere modalidades organizativas correntes na circulação de bens, não descuidando a relação desta actividade com as instituições que regulavam o comércio, ou com a fiscalidade, tanto no império como em Portugal². Porém, desta já ampla

² Não cabe fazer uma referência bibliográfica exaustiva. Vejam-se como exemplificativas, ou como ponto de partida de futuras pesquisas, as obras que dão informação sobre negociantes portugueses ou a operar no comércio com Portugal: *Perspectiva geral*: Hermann KELLENBENZ, *Im Hamburger-Portugal und Spanienhandel. 1590-1625*, Hamburgo, 1954; J. Gentil da SILVA, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres Marchandes des Rodrigues d'Évora et Veiga*, Paris, 1956; Frédéric MAURO, "Marchands et marchands-banquiers portugais au XVII^e ème siècle", *Revista Portuguesa de História*, Tomo IX, 1960, pp. 63-78; H.E.S. FISHER, "Lisbon, its English merchant community and the Mediterranean in the Eighteenth Century" in P.L. COTRELL, D.H. ALDCROFT (ed.), *Shipping, Trade and Commerce. Essays in Memory of Ralph Davis*, Leicester, 1981, pp. 23-44; H.E.S. FISHER, *De Methuen a Pombal – o Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Lisboa; 1984; L. E. SHAW, *Trade and Inquisition and the English Nation in Portugal, 1650-1690*, Manchester, 1989; L. E. SHAW, *The Anglo Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal, 1654-1810*, Manchester, 1998; Jean-François LABOURDETTE, *La Nation Française à Lisbonne, de 1669 à 1790, Entre Colbertisme et Libéralisme*, Paris, 1988; Joaquim Romero MAGALHÃES, *O Algarve Económico, 1600-1773*, Lisboa, 1988; Francisco Ribeiro da SILVA, *O Porto e o seu termo (1580-1640), Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. I-II, Porto, 1988; Manuel António Fernandes MOREIRA, *Os Mercadores de Viana e a Construção da Atlantidade*, Viana do Castelo, 1995; Amélia POLÓNIA, *Vila do Conde, um Porto Nortinho na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, 2007; Christopher EBERT, *The Trade in Brazilian Sugar: Brazil, Portugal and Northwestern Europe, 1550-1630*, PhD, Columbia University, (policopiado), 2004; Império: Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^eème siècle*, Lisboa, 1983 (as referências bibliográficas desta obra dão notícia também de obras respeitantes a relações de Portugal com a Europa); Stuart B. SCHWARTZ, *Segredos Internos. Engenhos e*

produção, está ausente a família enquanto objecto de análise, um enfoque necessário à apreensão dos mecanismos de reprodução social.

É neste contexto que Jorge Miguel Pedreira e David Grant Smith fazem a diferença, pois importaram os contributos da antropologia e da sociologia e enveredaram por um inquérito incidente na família para definir as origens sociais e geográficas do grupo mercantil num dado espaço e tempo; para indagar as estratégias familiares de reprodução e de que modo estas se fundiam nas estratégias empresariais; para inferir as condicionantes da actividade comercial a partir do capital social dos indivíduos ou dos ciclos de vida familiar.

Uma leitura comparada da pesquisa realizada por estes dois autores põe em evidência a ruptura do século XVIII, importante para a diferenciação do grupo mercantil relativamente a outros, nomeadamente a aristocracia. Vale recordar, porém, que na clarificação dessa fronteira temporal, não menos relevantes foram os estudos de história da família que explicaram a estratégia endogâmica do estrato superior nobiliárquico ou que caracterizaram os padrões demográficos de certas regiões do país³.

Escravos na Sociedade Colonial, S. Paulo, 1995; Enriqueta Vila VILAR, *Hispano-América y el comercio de esclavos: los asientos portugueses*, Sevilha, 1977 para ser completada com José Gonçalves SALVADOR, *Os Magnatas do Tráfico Negreiro*, S. Paulo, 1981; Maria Manuel TORRÃO, *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, Lisboa, 2007; V. Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e Economia Mundial*, vol. I-IV, Lisboa, 1981-1983, em particular o vol. III; M.N. PEARSON, *The Portuguese in India*, Cambridge, 1987; Sanjay SUBRAHMANYAM (ed.), *Merchants, markets and the State in Early Modern India*, Delhi, 1990; Sanjay SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A political and economic history*, Londres, 1993; Roderick PTAK, Dietmar ROTHERMUND, *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*, Estugarda, 1991; James BOYAJIAN, *The Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650*, Nova Jérnia, 1983; James BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore-Londres, 1993; Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994; George Bryan SOUZA, *A Sobrevivência do Império: os portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, 1991; A.J.R. RUSSEL-WOOD, *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, 1998; A.H. Oliveira MARQUES (dir.), *Os Portugueses no Extremo Oriente*, vol. I-II, Lisboa, 2000; Leonor Freire COSTA, *Império e Grupos Mercantis. Entre o oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, 2002.

³ Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes. Casa e património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª ed., Lisboa, 2003; Robert ROWLAND, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", *Ler História*, nº3, 1984, pp. 13-32; Margarida DURÃES, "Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta", *Revista de História Económica e Social*, nº 21, 1987, pp. 47-56; Fernando Dores COSTA, "Prazos, Sucessão e Poder Paternal no Minho: a livre nomeação

Com outros instrumentos analíticos, uma nova geração de historiadores completa o retrato da sociedade portuguesa de Antigo Regime e distancia-se de uma historiografia, mais influenciada pelo materialismo histórico, presa a uma valorização da função da burguesia na lenta transformação das sociedades nobiliárquicas. E, no entanto, qualquer análise dos factores de reprodução social tem implícito um questionário comum à história da família. Na verdade, a inquietação de historiadores e sociólogos da primeira metade do século XX, consagrada numa acusação de traição à burguesia nas palavras de Fernand Braudel⁴, sublinhava a mobilidade vertical do grupo de comerciantes, reconhecendo-se na hipergamia uma estratégia familiar de ascensão. Difícil, por isso, encontrar famílias de negociantes, isto é, dinastias (ou linhagens) de negociantes no Antigo Regime. Essa ausência fora já objecto de uma análise de Henri Pirenne, no início do século XX, que associava um processo de renovação das burguesias a etapas evolutivas do capitalismo⁵. E a interrogação do parentesco e família como factor explicativo dos mecanismos de reprodução do sistema económico está ainda em questão nas mais recentes abordagens do sistema capitalista, demonstrando que a história da família é necessária na reinterpretação de velhos temas⁶.

Ora, o problema da reprodução ou renovação do grupo mercantil na sociedade portuguesa tem tido nos judeus conversos, ou cristão-novos, um filão privilegiado de pesquisa, uma vez comprovado o lugar desta minoria cultural-religiosa na economia das trocas em Portugal, sobretudo no comércio internacional e na integração dos circuitos do império nos mercados europeus⁷. Aqui, porém, a renovação sistemática do grupo,

contra a transmissão igualitária (contribuição para o seu estudo", *Revista de História Económica e Social*, nº 29, 1989, pp. 85-109; Caroline B. BRETTELL, *Homens que Partem, Mulheres que Ficam*, Lisboa, 1991; Álvaro Ferreira da SILVA, *Propriedade, Família e Trabalho no Hinterland de Lisboa, Oeiras 1738-1811*, Lisboa, 1993.

⁴ Fernand BRAUDEL, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, Paris, 1949, pp. 619-624.

⁵ Henri PIRENNE, "Stages in the social history of capitalism" (1ª ed. 1914), in R. BENDIX, S. M. LIPSET, *Class, Status and Power. Social stratification in comparative perspective*, Nova Iorque - Londres, 1966.

⁶ Além do conjunto diversificado de artigos que se colhem no periódico da especialidade, *Journal of Family History*, veja-se Richard GRASSBY, *Kinship and Capitalism, Marriage, Family and Business in the English-Speaking World, 1580-1740*, Cambridge, 2006.

⁷ Limitando as referências aos autores que em Portugal mais têm dedicado trabalho ao grupo judaico depois da iniciativa fundadora de J. Lúcio de Azevedo e J. Mendes dos Remédios: M^a José Ferro TAVARES, *Los Judíos en Portugal*, Madrid, 1992; António Borges COELHO, *Inquisição de Évora, dos primórdios a 1668*, vols. I-II,

mais do que o efeito de uma estratégia familiar dependente da hipergamia, seria a consequência da actuação persecutória da Inquisição, a qual, por sua vez, respondia aos recorrentes constrangimentos financeiros da fazenda régia⁸.

Na historiografia portuguesa, a atenção prestada a famílias de negociantes é uma espécie de subproduto dos estudos que atenderam de preferência às transacções internacionais, onde se encontravam seguramente mercadores de grosso trato de extracção judaica. Talvez por isso, na produção historiográfica sobre comércio em Portugal, tem-se descurado o comércio interno e os níveis inferiores de trocas. Ainda assim, a acumulação de trabalhos em torno das relações externas proporciona agora informação sustentada sobre redes familiares na organização das transacções. Merecem, portanto, referência os estudos que problematizaram a inserção da minoria cultural ou religiosa sefardita nas cidades europeias ou que atenderam ao percurso de certas famílias judias, verdadeiras dinastias, com posição destacada no comércio ou na política internacional, como os Ximenes de Aragão, Elvas, Évora e Rodrigues da Veiga, Nunes Correia/ Saraiva, ou, mais tarde, os Nunes da Costa⁹. Assim sen-

Lisboa, 1987; António Borges COELHO, *Cristãos-novos, Judeus e os Novos Argonautas*, Lisboa, 1998, que não dispensam a obra de Júlio Caro BARAJÓ, *Los judíos en la España Moderna y Contemporánea*, vols. I-III, Madrid, 1962.

⁸ António José SARAIVA, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 3ª ed., Porto, 1969; J. Veiga TORRES, "Uma longa guerra social: os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal", *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, pp. 55-68; J. Veiga TORRES, "Uma longa guerra social: nova perspectiva para o estudo da Inquisição portuguesa", *Revista de História das Ideias*, nº 8, 1986, pp. 59-70; J. Veiga TORRES, "Da repressão religiosa para a promoção social: a Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 40, 1994, pp. 109-135. Para uma revisão desta temática inserida nas lógicas específicas de cada um dos tribunais de Inquisição, ver Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, 1994.

⁹ Vários artigos dispersos na publicação *Studia Rosenthaliana*, assinalando-se, a título de exemplo, algumas publicações de autores consagrados neste tema: Jonathan ISRAEL, "Sephardic Immigration into the Dutch Republic, 1595-1672", *Studia Rosenthaliana*, vol. XXIII, nº 2, 1992, pp. 45-53; Jonathan ISRAEL, "Lopo Ramirez (David Curiel) and the attempt to establish a sephardi community in Antwerp" *Studia Rosenthaliana*, vol. XXVIII, nº 1, 1994, pp. 99-119; Daniel SWETSCHINSKI, "Kinship and Commerce: the Foundations of Portuguese Jewish Life in the seventeenth-century Holland", *Studia Rosenthaliana*, vol. XV, nº 1, 1981, pp. 52-74 e ainda, Daniel SWETSCHINSKI, *Reluctant Cosmopolitans. The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*; London, 2000. Estudos que ampliam com uma abordagem política e antropológica a exploração fundadora de J. Mendes dos REMÉDIOS, *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, Coimbra, 1911 e de H. BLOOM, *The Economic Activities of the Jews of Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Williamport, 1933 que havia sido, por seu turno, considerada

do, o tema da diáspora na construção de identidade cultural tem matéria recorrente nas análises que focalizam os judeus ou cristãos-novos portugueses emigrados¹⁰.

Ainda assim, há perspectivas em aberto, sobretudo se forem confrontadas as características destes enclaves judaicos com o comportamento de outras minorias, nomeadamente comunidades estrangeiras – por exemplo, as radicadas em Portugal. As abordagens comparadas talvez proporcionem interessantes resultados, uma vez certificadas as semelhanças quanto à representatividade e significado dos casamentos homogâmicos. E se esta for uma característica comum a minorias étnicas ou a grupos religiosos alvo de segregação social, até por razões políticas, como aconteceu com os Huguenotes¹¹, as redes parentais altamente integradas, comuns entre cristãos-novos, nada terão de específico a este grupo judaico, em si, pela sua singular ligação ao universo económico das trocas. Tal nível de integração de redes parentais pode antes resultar das limitações do mercado nupcial impostas pelas sociedades hospedeiras às minorias étnicas (um espelho, portanto, da exclusão). A prazo, na construção de sociedades mercantis, essa exclusão valorizaria relações de tipo parental, garante da confiança, esse recurso apenas abundante em certas redes e essencial à sustentação e sucesso do negócio (mesmo que se admita residirem nesta endogamia, também, as condições para a reprodução de práticas religiosas heterodoxas, por sua vez, factor de construção da identidade do grupo).

A disponibilidade de fontes adequadas condiciona o sucesso de análises comparadas. Certas comunidades estrangeiras em Portugal estão melhor documentadas que outras. A francesa, para este tipo de abordagem, conta com fontes mais acessíveis que a inglesa, com a obra de Jean

por H. P. SOLOMON, nomeadamente em *Portrait of a New Christian, Fernão Alvares Melo (1569-1632)*, Paris, 1982. Para as conexões entre redes parentais e organização mercantil nas praças europeias, Nicolás BROENS, *Monarquía y Capital Mercantil: Felipe IV y las redes comerciales portuguesas (1627-1635)*, Madrid, 1989 e a recente monografia sobre Nunes Saraiva de Jesus António Carrasco, *La minoria judeoconversa en la época del Conde Duque de Olivares. Auge y ocaso de Juan Núñez Saravia (1585-1639)*, Universidad de Alcalá, policopiado, 2004, além do número temático da revista *Annales, Histoire et Sciences Sociales* sobre redes sociais, do ano de 2003, em particular o artigo de Daviken STUDNICK-GIZBERT, "La «nation» portugaise. Réseaux marchands dans l'espace atlantique à l'époque moderne", *Annales, Histoire et Sciences Sociales*, 2003, n° 3, pp. 627-648.

¹⁰ Vários artigos relevantes reunidos em J. CONTRERA, B. Garcia GARCI, Ignacio PULIDO, *Familia, Región Y Negocio. El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*, Madrid, 2003.

¹¹ J. F. BOSHER, "Huguenot Merchants and the Protestant International in the Seventeenth Century", *The William and Mary Quarterly*, vol. 52, n° 1, 1995, pp. 77-102.

François Labourdette citando boas fontes diplomáticas¹². Quanto aos cristãos-novos, os fundos da Inquisição têm-se revelado muito ricos para cartografar a geografia da diáspora, o tempo dessa emigração – se definitiva, se conjuntural no ciclo de vida da família – e a reconstituição genealógica de várias casas.

Os estudos incidentes na minoria dos cristãos-novos têm tradição bem firmada na historiografia sobre Portugal. Mas só recentemente foram aparecendo ensaios que utilizam estas mesmas fontes para pensar os mecanismos pelos quais se processava a fusão entre reprodução familiar e estratégia de negócio recorrentes neste grupo. Sabe-se que em certos circuitos do comércio internacional se teciam apertadas redes parentais. Os casamentos cruzados entre um pequeno número de famílias cristã-novas, para lá da segunda geração, traçam as bases de uma organização à escala mundial que dominava o comércio de longa distância, os contratos com a fazenda régia, circuitos económicos do império que prometiam o retorno em prata, como se passava com os contratos dos escravos para as Índias de Castela. Se menos presente na circulação de especiarias pelo cabo da Boa Esperança, estes consórcios de famílias cristã-novas controlavam mercados asiáticos e europeus de têxteis indianos e do golfo de Bengala¹³. Tudo indica que o dito elevado grau de densidade das redes familiares se repercutiu na integração económica dos impérios ibéricos durante a união dinástica, com consequências políticas não negligenciáveis (sobretudo no reinado de Filipe II de Portugal, III de Espanha)¹⁴. A acumulação de capital lançou este grupo numa segunda etapa de afirmação sócio-política, subtraindo aos genoveses lugares de destaque na alta finança da corte de Filipe IV.

Estes estudos sobre organização do comércio e finança internacional não permitem ainda avaliar com exactidão as fronteiras de uma estratificação interna do grupo cristão-novo, estando por saber até onde se verificou o cruzamento de famílias de diferentes estratos ou em qual deles houve maior receptividade a casamentos com cristãos-velhos. Ainda menos se sabe se essa estratificação tem visibilidade numa geografia de migrações (no rei-

¹² Jean-François LABOURDETTE, *La Nation Française à Lisbonne de 1669 a 1790. Entre Colbertisme et Liberalisme*, Paris, 1988.

¹³ Sanjay SUBRAHMANYAM, *Improvising Empire – Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal 1500-1700*; trad. Portuguesa: *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, Lisboa, 1994; James BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia...*, *opus cit.*

¹⁴ Leonor Freire COSTA, “El Império Português: espacios, grupos mercantiles”, in J. Martinez MILLÁN, Maria Antonietta VISCELIA (dir.), *La Monarquía de Felipe III. Los Reinos*. vol. IV, Fundación MAPFRE. Instituto de Cultura, Madrid, 2008, pp. 859-882.

no, do interior para o litoral e entre portos do reino, na Península Ibérica na região raiana, ou para além da Península). Em suma, as franjas do grupo menos presentes no comércio europeu, que tinham na economia peninsular, nas feiras, na criação de gado, a sua acção económica, só recentemente captaram o interesse dos historiadores¹⁵. Se a recolha de informação sobre este estrato, diga-se, inferior do grupo, vier a permitir uma análise comparada, suportada por uma abordagem prosopográfica – logo, submetida a metodologia específica – e se com esta análise se descobrirem diferenças significativas quanto ao grau de fusão entre negócio e família, melhor se sustentará a ideia de que as redes parentais eram um dispositivo da constituição de agências comerciais, pois quanto maior a distância física entre os correspondentes no seio de uma organização mercantil, mais importante seria a confiança, um recurso, em princípio, mais abundante em redes parentais. Estas questões enquadrariam em termos comparados o problema da homogamia, mas também ajudariam a melhor definir as condições em que a diáspora trouxe o enfraquecimento de laços entre os que partiam e os que ficavam em Portugal.

O questionário está em aberto, mas não há dúvida de que a temática dos cristãos-novos em Portugal rasgou linhas de pesquisa centradas na família e comércio e que tal abertura careceu de um período prévio em que a historiografia votou atenção a certos nomes e a apontamentos biográficos, sem intuítos prosopográficos, mercê das frequentes investidas da Inquisição. Estas vítimas de acusação de judaísmo, uma vez entradas nos cárceres da Inquisição, ou sujeitas a interrogatório em visitas, narraram os seus percursos individuais e os de seus parentes. A historiografia brasileira de meados do século XX explorou bem esta documentação porque a parte sefardita do grupo mercantil participou activamente na construção do Brasil colónia. Muitos dos senhores de engenho do último quartel do século XVI e primeira década do século XVII tiveram origem em famílias de judeus conversos, comprovando-se a importância do capital mercantil na produção açucareira¹⁶. Tal laboriosa recolha de informações reforçaria ideias nucleares da historiografia portuguesa, segundo as quais os cristãos-novos possuíam os atributos, idealizados, de uma bur-

¹⁵ M^a do Carmo Teixeira PINTO, *Os Cristãos-Novos de Elvas no Reinado de D. João IV*, dissertação de doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, policopiado, 2003.

¹⁶ Para o tema das famílias judaicas no Brasil, indispensável partir da obra de José António Gonsalves de MELLO, "Os livros de saídas das urcas do porto do Recife, 1595-1605", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, nº 58, 1993, pp.21-143; José António Gonsalves de MELLO, *Gente de Nação. Cristãos-novos e Judeus em Pernambuco, 1542-1654*, 2^a ed., Recife, 1996; Anita NOVINSKY, *Cristão-Novos na Bahia*, S. Paulo, 1972; Arnold WIZNITZER, *Os Judeus no Brasil Colonial*, S. Paulo, 1966.

guesia, vista como factor de modernidade. Por consequência, a diáspora a que terão sido forçados causaria a decadência de Portugal. A articulação causa-efeito entre os dois fenómenos sociais presumia que a mobilidade dos mercadores era a estrita consequência de uma "guerra social" desencadeada pela Igreja, na defesa dos valores de uma sociedade estruturada na posse da terra. Tal imagem, verdadeira mas sem dúvida simplificadora, segundo a qual o "português" emigrado era "cristão novo" e "mercador", compondo uma trilogia de conceitos que o grande negociante sefardita seiscentista, Duarte Gomes Solis, dizia ser vulgar em qualquer praça europeia do seu tempo, impôs-se como arquétipo à historiografia contemporânea, que o deixava intacto, sempre subordinando o questionário sobre comércio e comerciantes ao problema da Inquisição e das minorias culturais ou religiosas¹⁷.

A investigação de David Grant Smith na década de 1970 veio contrariar esta leitura, proporcionando um notável salto qualitativo nos estudos de "burguesias" em Portugal. Perpassa na sua obra uma observação crítica daquela simplificadora subordinação. O autor equacionou o tema segundo uma orientação antropológica, muito inovadora na década de 1970, e que daria uma mais rica explicação da fractura religiosa e cultural no interior do comércio. Tomou o padrão familiar e as áreas geográficas de recrutamento como hipótese de diferenciação entre cada sub-grupo (cristão novo e cristão velho). Os resultados descortinaram as diferenças, comprovadas quantitativamente. Mas tais resultados só foram possíveis porque o autor se libertava do preconceito historiográfico de que apenas os cristãos novos eram negociantes e pesquisou a maioria católica¹⁸, sistematizando as especificidades relativamente à utilização das redes parentais, áreas de recrutamento e estratégias matrimoniais.

Juntamente com Rae Flory, o autor estendeu o seu inquérito à sociedade da Baía, encetando uma linha de investigação a que Rae Flory deu continuidade¹⁹, seguindo ambos um feixe de problemas que David Brading começara a desbravar para outros espaços da América Latina²⁰.

¹⁷ Luís Reis TORRAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. I-II, Coimbra, 1981-82.

¹⁸ David Grant SMITH, "Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company", *Hispanic American Historical Review*, nº 2, 1974, pp. 233-259.

¹⁹ David Grant SMITH e Rae FLORY, "Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries", *Hispanic American Historical Review*, vol. 58, nº 4, 1978, pp. 571-584; Rae FLORY, *Bahian Society in the Mid-Colonial Period: the Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchants and Artisans of Salvador and Recôncavo, 1680-1725*, PhD, University of Texas, Austin, 1978.

²⁰ David A. BRADING, *Miners and Merchants in Bourbon México, 1763-1810*, Cambridge, 1971.

Pela identificação das estratégias matrimoniais, verificou-se que no Brasil apenas uma pequena percentagem dos negociantes se enraizava na sociedade colonial. A relativa estabilização do grupo dos senhores de engenho, que tem curso no último quartel do século XVII, ajudou essa integração, ainda que limitadamente. As filhas dos senhores de engenho integravam os negociantes reinóis com quem casavam na aristocracia do açúcar. Uma década depois, Alida C. Metcalf demonstrava que este padrão de reprodução social assente na relação sogro e genro era extensível a outras regiões brasileiras, nomeadamente à Parnaíba, São Paulo, padrão que se reforçaria com o crescimento da região de Minas Gerais: nas segundas gerações de colonos, as filhas garantiam as vias da integração de negociantes reinóis, enquanto a economia mineira atraía os filhos varões da região de Parnaíba²¹.

O conceito de fronteira, ou a fluidez para que remete, serve para explicar esta impressionante mobilidade, tornando-se válido quer para equacionar o tema da família na colónia, quer o modo como a emigração portuguesa para o Brasil marcou o ciclo de vida de muitas das famílias do reino, sobretudo da região minhota²². Diferentes estudos, portugueses e brasileiros, confirmam que as famílias num e noutro lado do Atlântico se estruturaram na possibilidade de expulsar os varões (secundogénitos ou não)²³. Na verdade, nestes fluxos migratórios do reino, os factores de expulsão seriam tão ou mais importantes que os de atracção. A saída da casa paterna ocorria em geral entre os 14 e os 20 anos. Raras as informações precisas que indicam ser o parente que acolhe o factor determinante da viagem dos jovens futuros negociantes, como aconteceu num caso citado por Carla Almeida em que um tio em Minas Gerais “mandara buscar para sua companhia [o jovem sobrinho] por este não ter parentes ao pé de si”²⁴. Estes jovens aprendizes de negociante vinham como caixeiros para Lisboa ou para os portos do Brasil, recomendados a seus

²¹ Alida C. METCALF, “Fathers and Sons: the Politics of Inheritance in Colonial Brazilian Township”, *The Hispanic American Historical Review*, vol. LXVI, nº 3, 1986, pp. 455-484.

²² Donald RAMOS, “From Minho to Minas: the Portuguese Roots of the Mineiro Family”, *The Hispanic American Historical Review*, vol. LXXIII, nº 4, 1993, pp. 639-662.

²³ Antônio Carlos Jucá SAMPAIO, “A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (c.1690-c.1750)”, in Carla M.C. ALMEIDA, Mónica Ribeiro de OLIVEIRA (org.), *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história económica e social*, Juiz de Fora, 2006, pp. 51-70.

²⁴ Carla Maria Carvalho ALMEIDA, “Trajectórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista” in Carla M. C. ALMEIDA e Mónica Ribeiro de OLIVEIRA (org.), *Nomes e números...*, *opus cit.*, p. 82.

familiares, em geral um tio também negociante e que, por sua vez, já no seu tempo havia deixado as zonas rurais onde nascera. Comprometia-se a instruir o sobrinho, ou a colocá-lo na casa de outros homens de negócio com quem mantinha trato ou junto de quem era certo gozar de bom crédito. Eis o padrão de recrutamento que Jorge Pedreira sistematizou no estudo da praça de Lisboa durante o consulado Pombalino.

Sendo que, de origem, estes jovens caixeiros sabiam ler e escrever, à significativa questão dos níveis de literacia que acompanhou esta mobilidade, junta-se essa outra do papel dos parentes na iniciação a uma ocupação que tardava em se especializar, mantendo-se aberta a indivíduos com ocupação no exército ou na magistratura. Naquele padrão de recrutamento, tal como Jorge Pedreira também sublinhou, é perceptível uma linha de continuidade com o século XVII de acordo com o que David Grant Smith descobrira. Há, contudo, a destacar uma significativa diferença na importância relativa das áreas geográficas de emigração, a qual vai a par das alterações culturais e étnicas ocorridas no seio do grupo mercantil. Se no século XVIII, o Entre Douro e Minho alimentou estes fluxos migratórios de negociantes em rumo para o Brasil, nas centúrias anteriores, foram antes os espaços raianos, da Beira Interior, Trás-os-Montes e Alto Alentejo, onde as comunidades cripto-judaicas tinham especial expressão nas sociedades locais. A diferente geografia fala também, por isso, dos efeitos no longo prazo das depurações inquisitoriais que estas comunidades sofreram.

Sabe-se que as linhas sucessórias patrilineares não são estranhas ao universo social do negociantes mas, na metrópole, a relação tio – sobrinho parece ter sido fundamental para a reprodução social do grupo. O significado desse parentesco deve ser cruzado com o elevado número de celibatários. E se os testamentos indicam que relações de parentesco eram decisivas na gestão de património, então, não há dúvida de que os laços colaterais frequentemente evocados revelam relações familiares assentes no parentesco alargado no caso português. Um estudo quantitativo incidente nas relações parentais evocadas nos testamentos está por fazer, mas na presença regular destes laços colaterais talvez se distinga a família dos negociantes portugueses de algumas experiências europeias. Com efeito, conforme David Cressy lembrou²⁵, família é conceito que deve extravasar as relações de co-residência. Por conseguinte, é pertinente considerar o parentesco alargado na economia doméstica, inclusivamente pelo facto de o capital social de alguns familiares (medido pelas respectivas redes de relações) se mostrar necessário para sustentar fluxos migratórios (isto é, a distância não diminuía os recursos de uma relação parental, como aliás também acontecia em

²⁵ David CRESSY, "Kinship and kin interaction in Early Modern England", *Past and Present*, nº 113, 1986, pp. 38-69

Portugal na recomendação dos jovens a um tio ou a amigos do tio). Contudo, era a família nuclear que importava à sucessão do património. Dos testamentos realizados em certas localidades inglesas no século XVII, os sobrinhos estão praticamente ausentes, mais ainda, os primos. Ora, em Portugal, os tios, muitas vezes celibatários, contemplavam generosamente no testamento os sobrinhos, quando não seus próprios primos²⁶.

A questão das ligações parentais que os testadores consideraram não esgota, porém, o tema fundamental do impacto desta estrutura familiar no ciclo de vida das unidades domésticas que expulsaram os seus jovens varões. Para além da protecção a esses rapazes que se libertavam do *pátrio poder*, vindo para Lisboa, para o Porto ou para uma cidade no Brasil, sabe-se pouco das repercussões destes laços na economia das regiões de origem. Jorge Pedreira fornece exemplos, e por eles se depreende que houve remessas de capitais para auxiliar a constituição de dotes de irmãs quando ingressaram no convento; também o investimento na compra de terra canalizou capitais para comarcas e vilas próximas do local do berço. Está, igualmente, bem documentado o envio de remessas de pequenas quantias de ouro a partir dos portos brasileiros, perfazendo uma percentagem considerável do número (e não do montante total) dos envios que seguiam anualmente nas frotas²⁷. Mas praticamente nada se pode concluir do modo como reagiu o sector agrícola a estes recursos e investimentos possibilitados por uma emigração protegida por redes de relações parentais. Os efeitos podem ter tomado sentidos opostos, não se excluindo mutuamente, na eventualidade de se verificarem diferenças regionais: uma vez construídos os contactos com o mercado brasileiro, estes capitais poderiam incentivar alteração das culturas para responder à procura das colónias, o que está patente na expansão do vinho na região do Douro; mas também a remessa, mesmo que esporádica, fosse ou não sob a forma de crédito, poderia solucionar crises financeiras, adiar a adaptação do sector ao mercado e tornar-se factor de persistência de um padrão do recrutamento de emigrantes das regiões rurais nortenhas, assente no laço "tio-sobrinhos", conforme a investigações de Jorge Pedreira e de Donald Ramos demonstram, antecipando para o século XVIII uma realidade que os estudos de demografia, nomeadamente os de Robert Rowland, dão como bem enraizada no século XIX. Se este questionário não é directamente incidente no comércio e nos seus agentes, decerto completaria o conhecimento da família dos negociantes, inscrevendo-a numa realidade mais ampla da economia e demografia portuguesa no Antigo Regime.

²⁶ Jorge PEDREIRA, *Os Homens de Negócio ...*, opus cit., p. 252.

²⁷ Leonor Freire COSTA, Maria Manuela ROCHA e Rita Martins de SOUSA, "O ouro cruza o Atlântico", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XLI, nº 2, 2005, pp. 71-86.

O número de celibatários trouxe à superfície a relação parental tio e sobrinho. Presume-se que nas famílias em que mais do que um varão se ocupava do comércio, a escolha pelo celibato de um dos membros obedecesse a uma estratégia familiar de concentração do património. Mas na sociedade colonial, sobretudo no período da expansão da economia mineira, os celibatários indicam um mercado nupcial relativamente limitado²⁸. E se a emigração não levava à constituição de família no Brasil, porque para muitos dos negociantes portugueses era planeada como uma etapa de um percurso de vida, favorecia o concubinato ou outras formas de observação das determinações tridentinas muito distintas das do velho continente²⁹. Deste modo, as especificidades da sociedade colonial (que transpiram dos estudos de história de família que se têm desenvolvido mais no Brasil que em Portugal) não se compreendem sem olhar o ciclo de vida das famílias em Portugal, pois grande parte da fluidez das camadas sociais intermédias na colónia tinha o seu fundamento nos fluxos migratórios de reinóis.

O reconhecimento de que a mobilidade geográfica é intrínseca à ocupação mercantil, e muitas vezes conjuntural, libertou-a do estigma da repressão inquisitorial e retirou-a do espaço de inquérito sobre diásporas judaicas. Porém, veio colocar novos problemas à historiografia brasileira que se interessa hoje pela sociologia das elites económicas e condições de reprodução social. Na verdade, os estudos de história da família de negociantes e mineiros que Carla Almeida ou António Jucá de Sampaio têm conduzido para o século XVIII cruzam os processos de acumulação de património na colónia com outras formas de diferenciação de uma elite com interesses autóctones³⁰. Mas as estratégias familiares de mineiros e negociantes não deixaram de projectar na metrópole os novos canais de reconhecimento social e para os quais o investimento na educação era essencial, colocando na universidade de Coimbra os seus varões. Por sua vez, na colónia, os dotes contribuam para selar alianças com famílias bem inseridas na administração colonial³¹.

Ainda que assim se deslindem os contornos antropológicos e sociais

²⁸ Catherine LUGAR, *The Merchant Community of Salvador Bahia: 1780-1830*, Ann Arbor, Michigan, UMI dissertation, 1997.

²⁹ M^{te} Beatriz Nizza da SILVA, *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, São Paulo, 1984; Ronaldo VAINFAS, *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, Rio de Janeiro, 1989.

³⁰ António Carlos Jucá de SAMPAIO, *Na Encruzilhada do Império: Hierarquias Sociais e Conjunturas Económicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750)*, Rio de Janeiro, 2003;

³¹ Carla Maria Carvalho ALMEIDA, "Trajectórias imperiais: imigração e sistema de casamentos ...", *opus cit.*

específicos de uma elite colonial, estes trabalhos mais valorizam o espaço atlântico como unidade de integração das estratégias familiares de uma e outra margem do oceano³². Já atrás se afirmou que aqui se descobre um fenómeno social de longa duração, pois essa mobilidade já transparecia nas fontes do século XVI– XVII. Não terão sido raros os casos em que a constituição de agência no Brasil ligou irmãos numa parceria de negócio, com funções intermutáveis, estando ora um, ora outro, na colónia, alguns casos, de resto, com consequências fundamentais na dinâmica do “trato de viventes”, como viu Luís Filipe Alencastro³³. Se esta regular circulação pelo oceano define o pulsar do império português desde os finais do século XVI, os contrastes introduzidos pelo século XVIII são, no entanto, mais importantes que esta linha de continuidade.

Uma das componentes da diferença tem raiz na ruptura política da Restauração de Portugal que se repercutiu na desestruturação de negócios sustentados pelas redes familiares de cristãos-novos. Uma das consequências desta mudança, no médio prazo, terá sido a emergência de uma maioria católica entre comerciantes e uma menor subordinação das condutas reprodutivas da família ao projecto de conservação de uma casa, ou negócio, como demonstrou Jorge Pedreira. Assim sendo, a integração das redes de relações parentais é inferior na segunda metade do século XVIII, e as origens em famílias já inseridas no comércio não descreve nem explica o percurso dos maiores da praça da Lisboa no período pombalino e pós pombalino. As raras famílias que desenvolveram estratégias matrimoniais cruzadas já tinham ascendentes na praça de Lisboa na primeira metade do século XVIII, e teceram parentesco espiritual (padrinhos de baptismo) dentro da aristocracia. Os Quintela, ou os Caldas, que em três gerações se cruzaram com os Jorge (de origem italiana) e os Machado, são dos poucos que se podem apontar. A partir desta análise, Jorge Pedreira reapreciaria com outra profundidade a questão da renovação do grupo, espelhada na ausência de dinastias ou linhagens, e libertando-se da equação estritamente dependente da repressão inquisitorial (podendo contudo ser melhor explorados os efeitos da repressão, estrito senso, política, como a que exerceu o Marquês de Pombal logo nos primeiros anos do seu consulado sobre os negociantes que tinham representação na Mesa do Bem Comum).

³² Jorge PEDREIRA, “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (Séculos XVII e XVIII)” in Mafalda Soares da CUNHA (coord.), *Do Brasil à Metrópole. Efeitos Sociais (séculos XVII-XVIII)*, Évora, 2001, pp. 47-72.

³³ Luís Filipe de ALENCASTRO, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, 2000; Leonor Freire COSTA, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil*, vols. I-II, Lisboa, 2002; Leonor Freire COSTA, *Império e Grupos Mercantis...*, *opus cit.*

O facto de o caso dos Quintela ou dos Caldas serem excepção permite insistir nos caminhos da ruptura que a segunda metade do século XVIII trouxe relativamente ao que se verificara antes. Nos séculos XVI e XVII, um punhado bem mais vasto de famílias cristã-novas, quase constituindo linhagens de negociantes, dominava o nível superior das transacções supra-regionais. Ao mesmo tempo, a aristocracia mostrava-se então mais permeável a casar secundogénitos com filhas de mercadores, menos renitente, portanto, a misturar o seu sangue com o de cristãos-novos. Se a amostra se fixar nas localidades urbanas da raia alentejana nos meados de Seiscentos, como o fez Maria do Carmo Teixeira Pinto, mais facilmente se colhem exemplos da receptividade dos cristãos-velhos (que caracterizavam a governança, ou nobreza da terra) ao matrimónio com negociantes (mesmo que cristãos novos de quatro costados e ligados a transacções apenas a uma escala regional). Já no Porto, a relativa elitização das famílias com poder político local, cuja riqueza terá tido origem no comércio, passou por outros processos. Pedro de Brito provou que a segunda metade do século XVI ofereceu as condições para a formação de um verdadeiro patriciado³⁴. Mais do que hipergamia, foi o serviço na administração central ou no império que proporcionou as condições para a mudança de estatuto a setenta famílias que controlaram o poder local. A colagem à coroa, embora não significasse a recusa de investimentos em actividades mercantis – como é sabido, sobretudo para os oficiais espalhados pelo império – introduziu no entanto outros parâmetros de distinção social que no Porto passou pela nobilitação, (com inscrição nos livros da casa Real e obtenção de brasão de armas) e por uma coeva rejeição de tudo o que pudesse trazer a conotação com o mundo mercantil, nomeadamente cruzamentos com cristãos-novos.

Assim, os estudos pontuais que utilizam a história de família como instrumento analítico ilustram diferentes caminhos, em termos regionais e em termos temporais, da “traição das burguesias” o que torna ainda mais particular a endogamia profissional verificada na segunda metade do século XVIII na praça de Lisboa. Com efeito, escasseiam para os finais de Setecentos as provas de que os dotes, mesmo que elevados, na ordem de 400 contos, conseguissem comprar os preconceitos da velha aristocracia. A mobilidade por hipergamia seria, portanto, mais fácil no século XVII que no século XVIII. Jorge Pedreira para isso aponta, ao assinalar que mesmo para alianças com famílias de oficiais régios ou da magistratura os dotes teriam de ser elevados³⁵, pois entre estes grupos profissionais resistia-se a oferecer as filhas aos negociantes. A homogamia, portan-

³⁴ Pedro de BRITO, *Patriciado Urbano Quinhentista: as famílias dominantes do Porto, 1500-1580*, Porto, 1995.

³⁵ Jorge M. PEDREIRA, *Os Homens de Negócio ...*, *opus cit.*, pp. 261-273.

to, no século XVIII não traduz uma submissão da reprodução da família a estratégias de negócio, como seria mais frequente entre cristãos-novos na centúria anterior. Antes será o espelho do fecho de outras elites a elementos de extracção mercantil.

O problema da reprodução social cola-se a essa outra característica do grupo mercantil consubstanciada na sua elevada fluidez, decerto agravada na primeira metade de Setecentos, quando a euforia mineira expandiu o mercado. A tardia introdução de dispositivos de diferenciação foi correlata das dificuldades do comércio em se impor como uma actividade especializada, assente em competências e informação que só alguns possuíam, condição para que interesses de corpo se definissem e se criassem as instituições necessárias à emergência de um *ethos* específico. Cabe portanto pensar nas repercussões dessa fluidez (a que a emigração não é estranha) para a relativa brandura dos mecanismos de controlo social e para a profusão de comportamentos desviantes, como fosse a mudança de identidade, com alteração de nome após anos de emigração, e bigamia³⁶.

Por outro lado, há para considerar a cultura económica coeva e de que forma o capital financeiro e os bens móveis seriam mais ou menos passíveis de patrimonialização. A questão, porém, só será completamente agarrada a partir de uma análise comparada de testamentos, atendendo ao que se passava noutros espaços europeus na mesma época, e indagando, por exemplo, que transformações se operaram com legados do mesmo tipo em épocas diferentes, como sejam as aplicações financeiras em dívida pública. Pedro de Brito, no exaustivo estudo das setenta e uma famílias que incorporaram o patriciado do Porto no século XVI, sendo na sua origem maioritariamente famílias de comerciantes, oferece interessantes referências à precoce inclusão de padrões de juro nos dotes ou no conjunto de bens vinculados em morgados ou capelas, não faltando indicações do testador sobre o que fazer com o capital no caso da fazenda régia remir a dívida³⁷. Porém, no século XVIII, as aplicações poderiam ser na dívida pública inglesa, como sucedia com vários dos negociantes estudados por Jorge Pedreira. Ora a gestão deste legado financeiro envolveria os herdeiros num negócio dependente da manutenção de canais de informação internacional, sendo a passagem de um testemunho que exigia o conhecimento de um complexo mundo financeiro.

Acrescente-se, ainda, ao enunciado de diferenças, a escassez de casos no século XVIII de instituição de morgados, o que também seria menos

³⁶ No Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, o fundo *Livros de Registo Geral* fornece alguns exemplos do que se afirma e este fundo, explorado com este intuito, talvez providencie apontamentos consistentes para repensar o tema.

³⁷ Pedro de BRITO, *Patriciado Urbano Quinhentista...*, *opus cit.*



raro nos séculos anteriores, como Pedro de Brito notou e como Fernanda Olival comprovou com a família Mendes de Brito, enriquecendo com um estudo de caso as informações sobre a elite mercantil seiscentista que se respigam nos estudos de James Boyajian³⁸.

Assim, a principal mudança do século XVIII parece residir, precisamente, na rejeição de modelos reprodutivos nobiliárquicos³⁹. Os constrangimentos impostos pelo direito sucessório, que excluíam a nomeação de herdeiros universais, não foram intencionalmente contornados, contrariamente ao que sucedeu em regiões brasileiras, onde transacções entre os herdeiros permitiram a acumulação de património pelas filhas casadas com negociantes reinóis⁴⁰. As disposições testamentárias que indicam alguma preocupação do testador com a sucessão da casa não raro obrigaram à repartição de capitais entre filhos para que constituíssem sociedades entre si, considerando-se desejável que se fundassem várias, e não apenas uma que reunisse o conjunto dos filhos. Para esta racionalidade pode ter contribuído o interesse em dispersar o risco, mas pode também estar a cautela com a harmonia entre herdeiros, preocupação que polvilha os testamentos.

O apelo à harmonia acusa o receio da discórdia, desvendando por instantes esse universo fugidio dos afectos que pode transformar a família num espaço de conflito: entre pai e filho (não se sabendo em quantas situações a emigração foi a válvula de escape dessas tensões); entre irmãos; entre cunhados. Nestes estudos sobre comércio, família e negociantes, não se encontra o mundo dos afectos e dos conflitos. Mas tal omissão significa que a idealização da burguesia foi substituída por uma outra imagem idealizada: a da família como organização social onde se concentra a confiança. Que dizer da experiência de Francisco Pinheiro defraudado por diversas vezes pelo irmão que estava como seu agente no Brasil? Quantas falências se explicam pelo facto de as relações parentais entre sócios não incentivarem uma contabilidade rigorosa? Quantos casos mais, como aquele de José Caetano Monteiro, que afirmou em testamento ter tido por mais de trinta anos uma sociedade com um irmão e da qual nunca "houve conta final" e da qual "até hoje ignoro os ganhos ou prejuízos". Calculava que os ganhos tivessem sido avultados, pela fortuna que acumulara, e confessou que ao irmão e à cunhada devia a fortuna e

³⁸ Fernanda OLIVAL, "A família de Heitor Mendes de Brito: um percurso ascendente", in Maria José Ferro TAVARES (org.), *Poder e Sociedade (Actas das Jornadas Interdisciplinares)*, Vol. II, Lisboa, 1998, pp. 111-129; D. Grant SMITH, *The Portuguese Mercantile Class...*, *opus cit.*, p. 182.

³⁹ Jorge M. PEDREIRA, *Os Homens de Negócio ...*, *opus cit.*, p. 285.

⁴⁰ Alida C. METCALF, "Fathers and Sons...", *opus cit.*, pp. 476-483.

“o major afecto que sempre neles” experimentara⁴¹. Mas quanto da sua confiança nos laços de parentesco seria certificada, acaso tivesse um conhecimento detalhado da contabilidade do negócio?

Entre os que foram aprisionados pela Inquisição, ainda os processos podem dizer mais sobre a unidade doméstica, a repartição desigual de poder dentro da família e as relações afectivas. Que sentido atribuir ao facto de um réu mal recordar ou desconhecer, até, o nome de parentes colaterais próximos (cônjuges de tios ou tias) enquanto bem sabia evocar, na sua genealogia, o nome de outros parentes de duas gerações anteriores? Como interpretar a ordem pela qual se cedia à denúncia, não raro sendo os laços parentais com mulheres (irmãs ou cunhadas) os primeiros a serem evocados para responder à pressão dos inquisidores? O estudo de género cruza o questionário da história de família, e neste campo dir-se-ia que está tudo por fazer para o período moderno entre famílias de negociantes. Pode apenas referir-se que registos de agentes femininos no mundo das trocas no período de explosão mineira do Brasil têm uma representatividade muito superior ao que se conhece sobre agentes coloniais no século XVII.

É certo que a pesquisa dos afectos e do papel da mulher fica condicionada aos estereótipos das fontes disponíveis, seja dos testamentos, seja dos processos de Inquisição. Só outro tipo de documentação, como correspondência ou diários (ainda que o género de memórias, como as de Jacques Ratton, se mostrem muito incompletas neste campo)⁴² podem fornecer pistas consistentes. Seria desejável uma edição crítica do espólio e correspondência do negociante Serrão de Oliveira que Charles Boxer há décadas apenas noticiou⁴³. Nesta vertente da história das emoções, está por explorar a profusa correspondência de Francisco Pinheiro e cruzá-la com a sua mundivisão das relações de negócio⁴⁴. Decerto valerá a pena

⁴¹ Jorge M. PEDREIRA, *Os Homens de Negócio...*, opus cit., p. 249.

⁴² Jacome RATTON, *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1714 a Setembro de 1830*, Lisboa, 1992.

⁴³ Charles BOXER, “The commercial letters book and testament of a Luso-Brazilian Merchant, 1646-1656”, *Boletim de Estudos Latino-Americanos y del Caribe*, nº 18, 1975, pp. 49-56.

⁴⁴ Independentemente de muitos trabalhos explorarem esta correspondência que proporciona informação fundamental sobre organização do comércio colonial. Veja-se Dauril ALDEN, “Vicissitudes of trade in the Portuguese Atlantic Empire during the first half of the eighteenth century. A review article”, *The Americas*, vol. XXXII, nº 2, 1975, pp. 282-291; William Michael DONOVAN, *Commercial Enterprise and Luso-Brazilian Society during the Brazilian gold rush: the Mercantile House of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*, PhD Thesis, Baltimore, Maryland, 1990; Júnia Ferreira FURTADO, *Homens de Negócio. A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*, São Paulo, 1999.

um trabalho exaustivo sobre os vários volumes das suas cartas⁴⁵ para esbulhar o seu mundo afectivo, pela forma como o expressa em detalhes, talvez despercebidos por leituras até agora realizadas, pois que não vocacionada para este tipo de questionários. Tantas vezes é pelo que fica subentendido, à margem, e não pelo que é afirmado, que se colhem as mais interessantes impressões.

Será, talvez, espúria a esperança de encontrar neste repositório de Francisco Pinheiro a riqueza das cartas do negociante Philip Williams⁴⁶. Richard Grassby reconheceu nestas cartas, com várias passagens intimistas que, indiscutivelmente, as emoções estavam sujeitas a avaliações culturalmente construídas, e que o património e a família seriam mais poderosos nas escolhas dos esposais que arrebatamentos passionais de juventude. Mas as emoções, em si, não têm tempo e interferem no ciclo de vida dos indivíduos. Dos negociantes, certamente que também. E aguardam que os historiadores as considerem tema digno de projectos de investigação.

Bibliografia seleccionada

- BOYAJIAN, James, *The Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650*, Nova Jérσία, 1983.
- BOYAJIAN, James, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore – Londres, 1993.
- BROENS, Nicolás, *Monarquía y Capital Mercantil: Felipe IV y las redes comerciales portuguesas (1627-1635)*, Madrid, 1989.
- CARRASCO, Jesus António, *La minoria judeoconversa en la época del Conde Duque de Olivares. Auge y ocaso de Juan Núñez Saravia (1585-1639)*, Universidad de Alcalá, policopiado, 2004.
- COELHO, António Borges, *Cristãos-novos, Judeus e os Novos Argonautas*, Lisboa, 1998.
- COSTA, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, 2002.
- MELLO, José António Gonsalves de, *Gente de Nação. Cristãos-novos e Judeus em Pernambuco, 1542-1654*, Recife, 1996.
- PEDREIRA, Jorge M., *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um*

⁴⁵ Luís LISANTI (ed.), *Negócios Coloniais. Uma Correspondência Comercial do século XVIII*, vols. I-IV, São Paulo, 1973.

⁴⁶ Richard GRASSBY, "Love, Property and Kinship: the courtship of Philip Williams, Levant Merchant, 1617-50", *The English Historical Review*, vol. CXIII, nº 451, 1998, pp. 335-350.

Grupo Social, dissertação de doutoramento, FCSH, UNL, Lisboa, policopiado, 1995.

SMITH, David Grant, *The Portuguese Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, PhD, Austin, Texas, 1975.

SWETSCHINSKI, Daniel, *Reluctant Cosmopolitans. The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*, Londres, 2000.